

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 6376, DE 2002

Altera o art. 46 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Autor:** Deputado PAULO ROCHA

**Relatora:** Deputada ANGELA GUADAGNIN

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Paulo Rocha, pretende alterar o art. 46 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para permitir que o estágio de convivência, nos casos de adoção internacional, possa ter curso no país de origem dos adotantes.

Justifica a proposição pela necessidade de simplificar os trâmites da adoção de crianças brasileiras por estrangeiros não residentes no Brasil. Alega que a grande quantidade de crianças abandonadas existentes em nosso País estariam mais protegidas se estivessem em lares onde recebessem carinho, atenção, saúde e instrução, e que existe um "grande número de estrangeiros que anseiam por adotar crianças brasileiras".

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa desta proposição, que busca propiciar uma vida mais digna para as crianças abandonadas de nosso País, por meio da adoção internacional, merece nosso apreço.

Embora inquestionável quanto ao mérito, a nosso ver, a proposta em análise demanda percuente reflexão. De início, não podemos esquecer que a adoção não busca encontrar uma criança para os que querem adotar, mas visa, primordialmente, encontrar uma família que seja adequada às necessidades da criança. Assim, consideramos que a ida da criança para o país dos adotantes, durante o estágio de convivência, não privilegia o interesse do menor a ser adotado, pois o expõe a contato com pessoas que ainda lhe são estranhas, fora de seu ambiente habitual, despiando-o das poucas referências pessoais que possui, numa etapa ainda provisória do processo, uma vez que a adoção pode não se concretizar.

É oportuno destacar que o estágio de convivência objetiva a observação, por parte das autoridades legitimadas a intervirem no processo de adoção, da criação de vínculo de afetividade entre adotando e adotantes, da real existência de condições psicossociais do adotante para poder concretizar a adoção. Se permitida a realização do estágio de convivência no exterior, não seria possível fazer essa aferição, deixando apenas ao arbítrio do adotante decidir-se pela adoção; por conseguinte, estar-se-ia desprotegendo a criança, pois não seria possível verificar se os seus interesses estariam prevalecendo.

Não podemos deixar de ter em mente que a adoção é um ato irrevogável, consoante art. 48 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com consequências jurídicas relevantes, como a perda do pátrio poder, pelos pais naturais; criação de novo vínculo de paternidade; plenitude de direitos sucessórios. No intuito de garantir proteção integral ao menor, a referida lei preconiza que todas as etapas do processo devam ser muito bem avaliadas até o trânsito em julgado da sentença, devendo o Estado fazer uso de todos os mecanismos disponíveis para verificar se esta constitui a melhor opção para o menor, mormente quando se trata da adoção internacional, recurso extremo a que se recorre apenas quando esgotadas as chances de encontrar uma família para a criança em território nacional.

Por fim, ressaltamos que o art. 51, § 4º, do citado Estatuto, dispõe que o menor só pode se ausentar do País após o trânsito em julgado da sentença, o que inviabiliza a realização do estágio de convivência fora do território nacional.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.376, de 2002.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputada ANGELA GUADAGNIN  
Relatora